

ÍNDICE DA MATÉRIA

<i>Prefácio da Terceira Edição</i>	XI
<i>Prefácio da Primeira Edição</i>	XIII
<i>Obras do Mesmo Autor</i>	XVII
1 a 7 – INTRODUÇÃO. Hermenêutica: Que é? Razão de ser. Não se confunde com <i>Interpretação</i> : definição desta	I
8 a 12 – APLICAÇÃO DO DIREITO. Que é? Teoria e Prática. Suas relações com a Hermenêutica e a Crítica	5
13 a 22 – INTERPRETAÇÃO. Em que consiste? Que abrange? Teoria e prática; análise e síntese. Dificuldades do seu emprego: a lei concisa e a realidade proteiforme. Papel sociológico da Interpretação. Teoria da Projecção de <i>Wurzel</i> . Sentido e <i>alcance</i> da norma. Interpretação do <i>Direito</i> e não das <i>Leis</i>	7
23 a 27 – VONTADE DO LEGISLADOR. Doutrina filosófica adversa. Quanto influi na elaboração da lei a vontade individual. Dificuldade, e às vezes impossibilidade, de determinar a <i>intenção</i>	15
28 a 32 – Substituem a vontade efetiva por uma <i>ficção</i> e embaraçam o progresso jurídico ..	20
33 a 36 – Reduzem os elementos de Interpretação a um só – o <i>histórico</i> . Autonomia da fórmula legal; os fatores <i>objetivos</i> suplantam os <i>subjetivos</i>	23
37 – Por que surgiu e se manteve a doutrina da <i>vontade do legislador</i>	25
38 – <i>IN CLARIS CESSAT INTERPRETATIO</i> . Origem do brocardo. Tudo se interpreta. Surgiu o brocardo como remédio contra abusos; e resultou o abuso oposto	27
39 a 44-B – O próprio conceito de <i>clareza</i> é relativo. Petição de princípio	27
45 a 47 – INTERPRETAÇÃO E CONSTRUÇÃO. <i>Exegese</i> e <i>Crítica</i> . Comentar e criticar. Autenticidade e constitucionalidade da lei	33
48 e 49 – SISTEMAS DE HERMENÊUTICA E APLICAÇÃO DO DIREITO. Escolástica; Dogmática; Escola Tradicionalista. <i>Pandectologia</i>	36
50 – Método Exegético, ou analítico, e Método Sistemático, ou sintético	37
51 – Sistema <i>Histórico-Evolutivo</i> , ou só <i>Evolutivo</i>	38
52 a 54 – O juiz e a evolução do Direito. O Sistema <i>Histórico-Evolutivo</i> e a <i>Divisão dos Poderes</i> . Escola <i>Teleológica</i> ; Escola <i>Sociológica</i>	39
55 e 56 – O JUIZ E A APLICAÇÃO DO DIREITO – CÓDIGO CIVIL: NOVA LEI DE INTRODUÇÃO, ART. 4º. Obrigação peremptória de julgar: como se entende, <i>Denegação de justiça</i>	42
57 a 61 – EDITO DO PRETOR – INTÉRPRETES E COMENTADORES. O Pretor, em Roma, julgava e legislava, Justiniano e Napoleão contra intérpretes e comentadores. A Lei, a Interpretação, e os tribunais modernos. Avisos interpretativos	44
62 a 67 – AMPLAS ATRIBUIÇÕES DO JUIZ MODERNO. <i>Leis</i> concisas; poder de interpretar amplo, embora só <i>em espécie</i> . Orientação do mesmo. Washington e Marshall. Frase de Portalis. Vantagens da Interpretação evolutiva	48

68 – Os códigos <i>explicitamente</i> confiam muita coisa ao arbítrio do aplicador do Direito	52
69 – Tradicionalismo – prevalece hoje na aparência apenas	52
70 – JUIZ INGLÊS: Ilustrado, bem-pago, independente; como o Pretor, de Roma, prefere o Direito à letra da lei	54
71 a 75 – LIVRE-INDAGAÇÃO. Origem e corifeus da doutrina; matrizes. Grupo moderado: Código Civil Suíço; não se distancia muito da Escola <i>Evolutiva</i> ; porém favorece mais a hipertrofia do judiciarismo	55
76 a 78 – <i>CONTRA LEGEM</i> . Livre-indagação – <i>proeter e contra legem</i> . Kantorowicz. Escola Criminal Positiva. A Livre-Indagação pressupõe magistratura solidamente culta	60
79 a 86 – Montesquieu e a Livre-Indagação: retrocesso. Autonomia <i>relativa</i> do intérprete. Outros argumentos contra o <i>Direito Livre</i> . Serviço que prestou ao Direito em geral	62
87 e 88 – JURISPRUDÊNCIA SENTIMENTAL. <i>O bom juiz Magnaud</i> : não constituiu escola . .	68
89 – FRUTOS DA CRÍTICA. Resultados práticos da propaganda revolucionária	69
90 a 92 – INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA E DOUTRINAL. Denominações da Interpretação, conforme a origem da mesma. Como se obtém e aplica a Interpretação Autêntica . .	71
93 a 99-A – Prestigiosíssima outrora; rara e mal vista hoje. A <i>Doutrinal</i> é a Interpretação propriamente dita	73
100 a 103 – DISPOSIÇÕES LEGISLATIVAS SOBRE INTERPRETAÇÃO: Vantagens e desvantagens; efeito das regras de Hermenêutica intercaladas nos códigos	78
104 a 106 – QUALIDADES DE HERMENEUTA – CAUSAS DE INTERPRETAÇÃO VICIOSA E INCORRETA – APLICAÇÃO DO DIREITO. O êxito da lei depende das qualidades pessoais do seu aplicador. Atributos de inteligência e de caráter. Critério de seleção dos magistrados	82
107 a 110 – Causas de interpretação viciosa: apegar-se à letra; forçar a exegese; simpatia, ou antipatia; <i>tendências</i> pessoais, preferência pelas ideias <i>absolutas</i> , facilidade em <i>generalizar</i> ; posição do intérprete, na sociedade, ou em relação ao fato ou à tese em debate; <i>sessões públicas dos tribunais</i>	84
111 – <i>Desconfiar de si</i> : é dever do intérprete	86
112 a 115 – PROCESSOS DE INTERPRETAÇÃO. <i>Elemento Filológico</i> : o primitivo; importância decrescente. Requisitos que pressupõe. Dificuldades: modo de falar <i>local</i> , transplantação de disposições de leis estrangeiras	87
116 – Preceitos para o uso do processo filológico	89
116-A – A Exemplos de decisões contrárias à letra da lei	92
117 a 119 – A palavra é mau veículo do pensamento. Leis em geral defeituosamente elaboradas	95
120 e 121 – Processo <i>filológico</i> , e método <i>sociológico e equidade</i> – raramente compatíveis .	97
122 a 124 – Exegese verbal: a mais antiga e menos progressiva	97
125 a 128 – PROCESSO LÓGICO. Superior ao filológico. Excessos prejudiciais	100
129 – Os vários processos <i>completam-se</i>	103
130 a 133 – PROCESSO SISTEMÁTICO. Em que consiste? Fundamento. Utilidade, evolução e amplitude moderna	104
134 a 136 – DIREITO COMPARADO. Nasceu do <i>Processo Sistemático</i> . Elemento moderníssimo e científico. Não há direito isolado	107
137 e 138 – A teoria do Direito rege a da Interpretação. Jurisprudência arrastada pela doutrina .	108
139 – Precauções no uso do Direito Comparado	109
140 e 141 – DISPOSIÇÕES CONTRADITÓRIAS. Não se <i>presumem</i> . Regras para aplicar os textos real ou aparentemente antinômicos	110
142 e 143 – ELEMENTO HISTÓRICO. Indispensável para se compreender a fundo qualquer ciência social. História geral e do Brasil. História do Direito	112

144 a 146 – História de um instituto jurídico, dispositivo, ou norma.	113
147 – Nem repúdio, nem entusiasmo pelo elemento histórico.	114
148 a 151 – <i>Materiais Legislativos</i> ou <i>Trabalhos Preparatórios</i> . Seu valor, relativo e decrescente. Regras para o seu aproveitamento	115
152 a 156 – <i>Debates Parlamentares</i> . Porque valem pouco, em relação à Hermenêutica. Regras para o seu aproveitamento, Declarações fora da Câmara, ou depois de promulgada a lei.	118
157 a 160 – <i>OCCASIO LEGIS</i> . Como e por que contribui para a Interpretação, Valor decrescente com a antiguidade da norma	121
161 a 164 – ELEMENTO TELEOLÓGICO, ou <i>Ratio Juris</i> . Razão do seu emprego. Fim atual	124
165 a 168 – Valor notável, embora relativo, do Elemento <i>Teleológico</i> e da pesquisa do fim atual da lei. Regras para o emprego daquele elemento. Constituição de Teodósio	127
169 a 171 – FATORES SOCIAIS. Filhos e propulsores do progresso. Seu valor no passado; maior no presente. Precauções necessárias.	129
172 a 175 – MORAL. É um dos <i>Fatores Sociais</i> . Quando é elemento, ou guia, da interpretação evolutiva	132
176 e 177 – ÍNDOLE DO REGIME. É um dos <i>Fatores Sociais</i> . Atende-se ao regime político e ao sistema geral da legislação, em globo; e de cada código, em particular.	133
178 e 179 – APRECIACÃO DO RESULTADO. O hermenauta preocupa-se com as <i>consequências</i> prováveis de cada interpretação; o Direito interpreta-se <i>inteligentemente</i> ; a exegese não pode conduzir a um <i>absurdo</i> , nem chegar à conclusão <i>impossível</i>	135
180 a 182 – <i>FIAT JUSTITIA, PEREAT MUNDUS</i> e <i>dura lex, sed lex</i> – antigualhas, substituídas por <i>summum jus, summa injuria</i> e <i>jus est ars boni et oequi</i> . <i>Im social e humano</i> do Direito orienta a Hermenêutica, <i>Oertmann; Gmelin; Ballot – Beaupré</i>	137
183 a 185 – EQUIDADE. Definições de <i>Aristóteles, Wolfio, Grócio e Paula Batista</i> . Conceito; utilidade. Fator de progresso	140
186 e 187 – Supre lacunas, e auxilia a Interpretação. Quando e como se recorre a ela	141
188 a 193 – JURISPRUDÊNCIA. Seu conceito, extensão e autoridade entre os Romanos, na Idade Média e na época atual. É elemento de Hermenêutica. Serve ao progresso jurídico, porém menos do que a Doutrina.	144
194 e 195 – Prestígio exagerado no foro. Porque o uso convém e o abuso é condenável	148
196 a 202 – Regras para a sua utilização	150
203 a 205 – Sentenças de 1ª instância. Decisões de Câmaras legislativas. <i>Uso; costume</i>	152
206 a 208 – COSTUME. Definição. Prevalece apesar do artigo 72, § 19, da Constituição de 1891 e do art. 1.807 do Código Civil. Função dupla do Costume. Código Civil Suíço.	153
209 – Elemento de Interpretação. Quem o invoca, deve provar a sua existência.	155
210 a 213 – Costumes: <i>secundum, propter, contra legem</i> . Desuso revoga a lei? Requisitos do Costume e do Uso: longevidade.	155
214 a 216 – CIÊNCIA – CIÊNCIA DO DIREITO. Seu papel na exegese. Observa-se no foro a doutrina <i>consagrada</i> , Juizes: de ilustração variada e sólida	159
217 a 222 – INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA E ESTRITA. Conceito antigo e moderno, Interpretação <i>declarativa</i> e <i>restritiva</i>	161
223 – Interpretação <i>extensiva por força de compreensão</i>	165
224 a 235 – Valor prático da distinção entre Interpretação <i>extensiva</i> e <i>estrita</i> . Regras para o uso de uma e de outra	165
236 a 240 – ANALOGIA. Conceito filosófico e jurídico; utilidade relativa da mesma; sua razão de ser	168
241 e 242 – Analogia <i>legis</i> e analogia <i>juris</i>	171
243 a 248 – Regras para o uso da analogia.	172

249 e 250 – Pertence à <i>Aplicação do Direito</i> ; não se confunde	174
251 a 255 – LEIS DE ORDEM PÚBLICA: IMPERATIVAS OU PROIBITIVAS. Conceito antigo e moderno de leis de ordem pública. Disposições que abrange. <i>Leis imperativas, proibitivas, permissivas, punitivas; interpretativas e supletivas</i>	176
256 e 257 – <i>Postergação</i> da lei: consequências variáveis conforme a espécie de norma	179
258 a 265 – <i>Nulidade</i> . Não implica a inobservância, total ou parcial, de <i>qualquer lei</i> . Regras para conhecer quando da preterição da norma resultar, ou não, a nulidade do ato, ou processo . . .	180
266 a 269 – <i>Interpretação</i> das disposições de ordem pública	181
270 a 273 – DIREITO EXCEPCIONAL. Em que consiste; como se interpreta. Não se confunde com o <i>exorbitante</i>	183
274 – <i>Direito Singular</i> ; <i>Direito Especial</i>	185
275 a 285 – Especificação das normas de Direito Excepcional. <i>Liberdade. Propriedade. Privilegios</i> , inclusive isenções e atenuações de impostos. <i>Enumeração. Prescrição. Dispensa</i>	187
286 a 288 – <i>Interpretam-se estritamente as disposições derogatórias do Direito comum</i> . . .	191
289 a 289-B – Significação das palavras “que especifica”, do Código Civil	192
290 e 291 – Mais do que à <i>letra</i> se atenda ao <i>fin</i> e aos <i>motivos</i> da lei, ao <i>resultado</i> provável da exegese, para determinar a amplitude da Interpretação. Exceções à <i>regra</i> da <i>exegese estrita</i> : <i>anistia, indulto, atos benéficos, equidade</i>	193
292 a 295 – BROCARDOS E OUTRAS REGRAS DE HERMENÊUTICA E APLICAÇÃO DO DIREITO. Vantagens e desvantagens do uso dos brocardos.	195
296 e 297 – <i>Inclusionem unius fit exclusio alterius. Qui de uno dicit, de altero negat, Qui de uno negat, de altero dicit</i> . Argumento <i>a contrario</i> . A exceção confirma a <i>regra</i>	198
298 – <i>Ubi eadem ratio, ibi eadem, legis dispositio. Non debet cui plus licet, quod minus est non licere. In eo quod plus est semper inest et minus</i> . Os casos idênticos regem-se por disposições idênticas. Quem pode o mais, pode o menos. Argumento <i>a pari, a majori ad minus e a minori ad majus</i>	200
299 – <i>Specialia generalibus insunt</i> : “O geral abrange o especial; o masculino, o feminino; o gênero, a espécie”	201
300 – <i>Ubi lex non distinguit nec nos distinguere debemus</i> : “Onde a lei não distingue, não pode o intérprete fazer distinções”	201
301 e 302 – <i>Odiola restringenda, favorabilia amplianda</i> : “ <i>Restrinja-se o odioso; amplie-se o favorável</i> ”	202
303 – <i>Minime sunt mutanda quae interpretationem certam semper habuerunt</i> : “Altere-se o menos possível o que sempre foi interpretado do mesmo modo”	203
304 – <i>Commodissimum est, id accipi, quo res de qua agitur, magis valeat quam pereat</i> : “Prefira-se a inteligência dos textos que torne viável o seu objetivo, em vez da que os reduza à inutilidade”	203
305 – <i>Qui sentit onus, sentire debet commodum, et contra</i> : “Pertence o cômodo a quem sofre o incômodo que lhe está anexo ou do mesmo decorre; e vice-versa”	204
306 – <i>Accessorium sequitur principale</i> : “O texto referente ao principal rege também o acessório”	204
307 e 308 – <i>Verba cum effectu sunt accipienda</i> “as leis não contêm palavras inúteis”	204
309 a 313 – <i>Testis unus, testis nullus</i> : “Uma testemunha não faz prova; duas constituem prova plena.” Regra de Direito Canônico e do Muçulmano inaceitável hoje, sobretudo no foro civil: <i>pesam-se os depoimentos; não se contam</i>	205
313-A – <i>Falsa demonstratio non nocet</i>	211
313-B – <i>Ad impossibilia nemo tenetur</i>	211
313-C – <i>Prior in tempore, potior in jure</i>	211
313-D – <i>In his quae contra rationem juris constituta sunt, non possumus sequi regulam juris</i> . . .	211

313-E – <i>Quod plerumque fit, ou accidit</i>	211
313-F – <i>Posteriores leges ad priores pertinent</i>	212
313-G – <i>Nemo locupletari debet cum aliena injuria vel jactura</i>	212
313-H – <i>Utile per inutile non vitiatur</i>	212
313-I – <i>Pronuntiatio sermonis in sexu masculino, ad utrunque sexum plerumque porrigitur</i>	212
313-J – <i>Res inter alios acta vel judicata aliis non, nocet nec prodest</i>	212
313-L – <i>In dubio pro libertate</i>	213
313-M – <i>Nemo creditur turpitudinem suam allegans</i>	213
313-N – <i>Unumquodque dimolvitur eo modo quod fuerit colligatum</i>	213
314 a 322 – Regras diversas de aplicação fácil	213
323 – COMPETÊNCIA	216
324 a 325 – Título, epígrafe. Preâmbulo, ementa	216
326 a 329 – <i>Influi o lugar em que um trecho está colocado</i>	217
330 – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	220
331 a 334 – <i>Pode e Deve</i> : em Direito nem sempre exprimem coisas diferentes	220
335 a 341 – ARGUMENTO DE AUTORIDADE. Argumento de fonte	222
342 – APAIXONAR-SE NÃO É ARGUMENTAR	225
343 a 347 – REFORMA DA LEI SEM ALTERAR O TEXTO	226
347-A a 347-E – IMPRESCRITIBILIDADE DA DEFESA	229
347-F a 347-I – DECADÊNCIA	233
348 a 351 – PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO. Aplicam-se partindo do especial para o geral, e indo até além dos limites do Direito Nacional	240
352 a 356 – Observa-se a doutrina <i>consagrada</i> ; atende-se à <i>natureza do objeto</i> , e respeita-se a <i>gradação</i> fixada pelo Código Civil	242
357 – VARIA A INTERPRETAÇÃO CONFORME O RAMO DO DIREITO	246
358 a 363 – DIREITO CONSTITUCIONAL. Como e porque a sua exegese difere da exposta para o Direito Civil	247
364 a 381 – Regras peculiares à interpretação do Direito Constitucional; aplicação especial que têm nesse Direito os elementos e preceitos usados na exegese de leis civis. <i>Interpretação Autêntica</i>	249
382 a 386 – DIREITO COMERCIAL. Orientação do seu intérprete. É Direito Especial	257
387 a 391-A – LEIS PENAIIS. De exegese <i>estrita</i> : em que sentido e porquê? Direito Especial – o Criminal	261
392 e 393 – <i>Equidade In dubio, pro reo</i>	265
394 e 395 – Erros de redação. Leis Penais são as que impõem penalidades quaisquer: regulamentos policiais posturas municipais, leis sobre impostos e taxas	267
396 – PROCESSO CRIMINAL	268
397 a 399 – LEIS FISCAIS. <i>Direito de tributar: Impostos e taxas</i> . Exegese das leis de impostos relativamente à competência do poder que as decreta. União; Estado, Município	269
400 a 406-B – Alcance e incidência das leis sobre impostos: como se deduzem e interpretam	270
407 a 412 – INTERPRETAÇÃO DE ATOS JURÍDICOS. <i>Contratos e Testamentos</i> . Teoria da <i>vontade</i> . Teoria da <i>declaração</i> . Conciliação entre as duas, e entre o interesse individual e o social, que tende a prevalecer	274
413 a 415 – Pontos de semelhança e de divergência entre as duas espécies de interpretação das leis e de atos jurídicos. Poder amplo do juiz	277
416 a 438 – Processos e regras – gerais e especiais	278
439 a 441 – REVOGAÇÃO DO DIREITO. Antinomias <i>nas leis</i> e incompatibilidades <i>entre estas</i> não se presumem. <i>Ab-rogação, derrogação, revogação</i> . Revogação expressa ou tácita. <i>Revogam-se as disposições em contrário: inutilidade</i>	290

442 – Decide-se, na dúvida, contra a ab-rogação tácita, e prefere-se admitir a derrogação. . .	291
443 a 454 – Preceitos aplicáveis à revogação tácita. Lista não resulta de desaparecerem o fim e os motivos da lei, Efeito da sentença referente à inconstitucionalidade. Data em que se considera revogada a lei	292
455 – Revogada a lei revogatória de outra, volta esta ao antigo vigor?	297
456 – Sentido e alcance do último artigo do Código Civil Brasileiro	298
457 – Diferença entre <i>revogação</i> e <i>anulação</i>	299
APÊNDICE	
– Supremo Tribunal Federal – Tribunal Pleno – 17ª Sessão.	303
– Leis de Introdução ao Código Civil Brasileiro – Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 . . .	322
– Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942	325
Índice Alfabético.	329